



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ROSILENE DE AMORIM

O PAPEL DO ARQUIVISTA NA SOCIEDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

JOÃO PESSOA

2023

ROSILENE DE AMORIM

O PAPEL DO ARQUIVISTA NA SOCIEDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia

Orientadora: Ma. Bárbara Carvalho Diniz.

JOÃO PESSOA

2023

A524p Amorim, Rosilene de.

O papel do arquivista na sociedade [manuscrito] : uma revisão de literatura / Rosilene de Amorim. - 2023.

49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação: Profa. Ma. Bárbara Carvalho Diniz., UEPB - Universidade Estadual da Paraíba."

1. Arquivista. 2. Arquivologia. 3. Atuação profissional. I.

Título

21. ed. CDD 020.92

O PAPEL DO ARQUIVISTA NA SOCIEDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Área de concentração:

Aprovada em: 30 / 06 / 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ma. Bárbara Carvalho Diniz (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Ma. Esmeralda Porfírio de Sales
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Wellington da Silva Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, por estar sempre comigo e permitir que eu tivesse mais uma vitória na minha trajetória.

À minha mãe, Maria da Paz de Melo Amorim, e aos meus irmãos, por serem à minha base de vida, meus exemplos e me apoiarem independente de qualquer situação.

Ao meu marido e companheiro Marcos Roberto, meu eterno agradecimento por acumular muitas das minhas responsabilidades nestes últimos tempos e por compreender todos os meus momentos e dificuldades.

Às minhas filhas Fernanda e Isabelle, agradeço as demonstrações de afeto, agradeço pela espontaneidade, carinho e amor incondicional que sempre me estimularam nos momentos difíceis.

A minha orientadora, Bárbara Carvalho Diniz, pela parceria, pela paciência e por me tranquilizar durante todo o processo de produção deste trabalho de conclusão de curso.

Aos professores, Esmeralda Porfirio de Sales e Wellington da Silva Gomes, por aceitarem participar da banca e contribuírem para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos meus colegas de graduação e amigos, Ana Cassia Teixeira e Kleber Lins, pelas trocas durante a graduação e por me proporcionarem o prazer de levar essa amizade além do arco da UEPB.

A todos meus amigos, dos mais antigos aos mais recentes, por me ampararem quando necessário e acompanharem todo o processo de produção deste trabalho de conclusão de curso.

“Os arquivistas têm sua própria imagem á parte da imagem que projetam ao mundo exterior e que não necessariamente coincidem.”

(MENNE-HARTZ)

RESUMO

O presente trabalho apresenta a importância e as atribuições do arquivista, destacando sua capacidade de lidar com documentos arquivísticos e desafios relacionados à criação, avaliação, acesso, preservação, classificação, descrição e divulgação de arquivos. Discute-se também a relação da Arquivologia com a Organização e Representação do Conhecimento, bem como o papel do arquivista na interferência sobre os documentos e na preservação do patrimônio histórico. O objetivo principal é analisar as funções do arquivista e seu papel na sociedade. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica, qualitativa, com revisão de literatura em diferentes bases de dados e busca por artigos relacionados ao tema. Os resultados e discussões destacam a regulamentação da profissão de arquivista no Brasil, a expansão do mercado de trabalho para esses profissionais com base em sete artigos utilizados como referência. Conclui-se que o arquivista desempenha o papel de mediador cultural, aproximando os usuários dos espaços informacionais e ampliando o potencial de pesquisa em arquivos físicos e digitais.

Palavras-chave: Arquivista, Arquivologia, Atuação Profissional.

ABSTRACT

The present work presents the importance and attributions of the archivist, highlighting his ability to deal with archival documents and challenges related to the creation, evaluation, access, preservation, classification, description and dissemination of archives. It also discusses the relationship between Archival Science and the Organization and Representation of Knowledge, as well as the role of the archivist in interfering with documents and preserving historical heritage. The main objective is to analyze the functions of the archivist and his role in society. The methodology used consists of qualitative bibliographical research, with a literature review in different databases and a search for articles related to the theme. The results and discussions highlight the regulation of the profession of archivist in Brazil, the expansion of the job market for these professionals based on eight articles used as a reference. It is concluded that the archivist plays the role of cultural mediator, bringing users closer to informational spaces and expanding the research potential in physical and digital archives.

Keywords: Archivist, Archivology, Professional Practice.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Bases e arquivos utilizados na pesquisa	39
Tabela 2: Artigos de referencia	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
ABA	Associação Brasileira de Arquivistas
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CGU	Controladoria-Geral da União
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDE	Câmara de Comércio de Tecnologia de Registro Eletrônico
DIBRATE	Dicionário Brasileiro de Termos Arquivísticos
LAI	Lei de Acesso à Informação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
RS	Responsabilidade social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	História da arquivologia	15
2.2	A atualidade da arquivologia	19
2.3	O arquivista como Profissão	25
2.4	O papel do arquivista na sociedade	29
2.5	Os paradigmas do profissional arquivista e responsabilidade ética e social do arquivista	34
3	METODOLOGIA	38
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Os cidadãos lidam diariamente com uma variedade de documentos, tanto seus como de outras pessoas e instituições, mas frequentemente desconhecem a existência do arquivista, profissional com capacidade e atribuições, capaz de fazer face aos desafios de criar, avaliar, acessar, preservar, classificar, descrever e divulgar tais arquivos.

É possível considerar o trabalho de representação da informação na área da Arquivologia como uma forma de Organização e Representação do Conhecimento. Nesse sentido, a Arquivologia estabelece uma relação interdisciplinar com a área de Organização e Representação do Conhecimento (TOGNOLI; BARROS, 2015). Os profissionais arquivistas podem trabalhar em diferentes tipos de instituições e arquivos e em diferentes atividades relacionadas à produção, ao processamento, a circulação, a preservação e divulgação de documentos e suas informações. De maneira geral, Monteiro e Zammataro (2017) entram em um consenso de que o arquivista acaba por interferir no trabalho com os arquivos, ainda que seja de maneira implícita.

[...] O arquivista, como o historiador, interfere na lógica (forjada) do acúmulo dos documentos, nos procedimentos de classificação, avaliação, guarda e descarte. Dele emana a interferência do meio em que está inserido sobre o que preservar e o que descartar, o poder sobre o que pode ou deve ser lembrado e o que fica relegado às margens do esquecimento. (MONTEIRO; ZAMMATARO, 2017, p. 29-30).

É por meio dessas atividades que o arquivista se torna conhecido e interage com os demais profissionais de seu ambiente de trabalho e da comunidade a que atenderá.

Tomando como base as definições acima, historicamente desde o início, quando os seres humanos começaram a acumular e preservar documentos, alguém em quem o imperador confiava extremamente, geralmente um escriba, ocupava o cargo de arquivista. Logo depois, tornou-se assistente de História e Paleografia, conforme documentado por Souza (2011) e Bottino (2014).

A emergência do principal elemento do corpus teórico da arquivologia remonta à segunda metade do século XIX, a saber, o princípio do respeito aos fundos (DUCHEIN, 1989). Posteriormente, conforme observado por Rousseau e Couture (1998), novas teorias foram pesquisadas e introduzidas, definindo campos de atuação, Acredito que a Arquivologia tenha só um objeto de estudo, em tese, que ainda está em construção (SCHMIDT, 2012). É responsabilidade do arquivista preservar os acervos produzidos, mesmo que a prática profissional receba pouco reconhecimento.

No Brasil, em 1978, com a publicação da Lei federal nº 6.546, a profissão foi regulamentada. Ao mesmo tempo, o surgimento do primeiro curso contribuiu para a popularização da profissão e a inserção de outras em determinados intervalos. Assim, entende-se que tanto a modelagem, desenho e criação do curso de graduação em Arquivologia quanto o conceito da regulamentação da profissão foram resultantes das ações de profissionais altruístas para com a causa arquivística, conforme sugerem Silva e Dill Orrico (2015).

No Brasil, a partir da década de 1970, os arquivistas de nível superior passaram a ser formados por meio dos primeiros cursos de arquivo. A educação formal para arquivistas profissionais não foi estabelecida até a segunda metade do século XX. Assim como Marques (2007), o curso de arquivo permanente, criado em 1960, é considerado o primeiro curso de arquivística do país, pois antes disso, profissionais do Arquivo Nacional e de outros arquivos aceitavam treinamentos esporádicos patrocinados pela Instituto de Desenvolvimento e Racionalidade Organizacional do Trabalho (IDORT/SP), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Administração do Serviço Público (DASP). Tanto os cursos quanto os arquivos buscam o engajamento com suas comunidades e públicos-alvo, seja por meio de serviços de mediação, atendimento e encaminhamento, seja por meio do que na Ciência Arquivística é conhecido como divulgação.

Num contexto em que a prática arquivística se centra mais na aquisição de informação do que na preservação, é oportuno redefinir o arquivista, incluindo o papel da ação mediadora cultural na sua função arquivística. Por sua vez, essas ações irão muito além da simples disponibilização de práticas de atendimento ao usuário e informações de perfil a esses sujeitos. Portanto, segundo Almeida (2008), a mensuração deve vir acompanhada da construção de produtos, sendo que a implementação de políticas públicas é perfeitamente capaz de aproximar o público da informação de forma concreta, mesmo que seja capaz de utilizar tecnologias de comunicação e informação buscar as informações de que necessitam, além disso, capacitá-los a serem capazes de transmitir informações com competência para que o público possa compreendê-las.

A motivação inicial para esta temática de Trabalho de Conclusão do Curso - TCC surgiu a partir de conhecimentos adquiridos em um curso sobre mediação cultural em um programa de pós-graduação em ciência da informação. Portanto, foi elaborado primeiro as referências observadas neste curso que lidam com o conceito de mediação cultural aplicado à ciência da informação.

Diante deste cenário e entendimento, esta pesquisa possui como tema investigado o Papel do Arquivista na Sociedade. Como problema tem-se: Quais as funções e atribuições do

arquivista? Com o propósito de responder tal questionamento, definiu-se como objetivos de pesquisa os seguintes:

O objetivo geral:

Analisar mediante revisão de literatura, quais são as funções do arquivista e seu papel na sociedade.

E os objetivos específicos:

- Contextualizar o percurso (histórico) do arquivista como uma profissão regulamentada.;

- Realizar revisão de literatura sobre o papel/funções do arquivista.

- Entender a partir dos autores selecionados, qual o papel do arquivista da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da arquivologia

De acordo com Seriacopi (2005, p.16), os primeiros sinais de informação e comunicação aparecem em petróglifos em cavernas que datam de 30.000 aC, muitas vezes relacionados ao seu cotidiano. Outros meios importantes para registrar esta informação é a evolução dos suportes, por exemplo, utilizando os seguintes instrumentos de escrita: tabuletas de barro, papiro, pergaminho.

Antes do surgimento da arquivologia e de seus campos afins, como a biblioteconomia e a museologia como campos do conhecimento, as práticas da arquivística, da biblioteconomia e da museologia acompanham o ser humano como um ser cultural, ou seja, capaz de simbolizar (WHITE, 2009) interpretar o mundo com o apoio de seus corpos e fazem registros físicos dessas ações (KUPER, 2002). Com a invenção da escrita e o estabelecimento das primeiras cidades, surgiram os primeiros espaços específicos para guarda e preservação de acervos documentais. No Antigo Egito, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio, e na Idade Média na Europa, existiam vários arquivos, bibliotecas e museus que tratavam das mais diversas finalidades - religiosas, políticas, econômicas, artísticas, leis, etc.

Nessas instituições vieram virar instituição depois da Idade Média, sobretudo com a Revolução Francesa. ao longo dos séculos, foram desenvolvidas diversas técnicas e conhecimentos práticos. O conhecimento teórico e sistematizado adequado surgiu no período pós-renascentista, e os primeiros tratados sobre essas instituições foram publicados em obras como *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi* de Samuel Quiccheberg, 1535; *Gabriel Advis pour dresser une bibliothèque* de Gabriel Naudé, 1627; e *The Red Diplomat* por Jean Mabillon, 1681. Nessa época, renasce o interesse pelas obras de produção humana, arte, filosofia e ciência – tanto as da antiguidade greco-romana quanto as que se desenvolviam na época. Isso destaca a admiração pelas obras e o interesse em sua guarda e preservação. Entre os séculos XV e XVII foram publicados diversos tratados e manuais que incidiam sobre as normas processuais das instituições responsáveis pela guarda de obras, as normas de conservação material e de proteção física, as políticas de descrição formal de obras e documentação, incluindo informação sobre a sua legalidade, procedência e aspectos de características (ARAÚJO, 2020).

Em 1789, a Revolução Francesa, uma das mais importantes revoluções da história da humanidade, trouxe importantes mudanças aos arquivos da sociedade ocidental e deu-lhes

maior autonomia. Nesta revolução, o antigo sistema estabelecido na época feudal foi destruído, mas também beneficiou grandes mudanças na história dos arquivos. Neste período, a expansão da informação e dos documentos, os paralelismos existentes entre a população, uma parte implica a destruição de documentos com registos do antigo regime, a outra parte questiona as diferentes localizações dos destinos destes documentos, com o propósito de preservá-los; essa percepção reforça os princípios pelos quais o estado governa o estado (ARAUJO, s/d).

Ressaltamos que a arquivologia é um campo emergente, e que segundo Soares, Pinto e Silva (2015, p. 23), “as práticas arquivísticas empíricas remontam a milhares de anos, quando precisavam ser organizadas”. Diante do acúmulo de documentos dos Estados-nação, os arquivos adquiriram espaços após a Revolução Francesa (1789-1799), portanto, precisaram investir nesses espaços como mecanismos de guarda, preservação e acesso público. Nesse entendimento, Soares, Pinto e Silva (2015, p. 23) afirmam:

[...] Arquivística é objetivamente recente, deriva da institucionalização e da necessidade de profissionalização do pessoal alocado a esses serviços e quando surge aglutinando a formação ministrada a essa “massa funcional” assume um viés claramente positivista. A arquivologia vivenciou três fases essenciais ao seu desenvolvimento, sejam elas: sincrética/custodial, técnica/custodial e científica/pós-custodial, sendo as duas primeiras configuradas no “paradigma custodial” e a última no “paradigma pós-custodial” (SOARES; PINTO; SILVA, 2015; RIBEIRO, 2011).

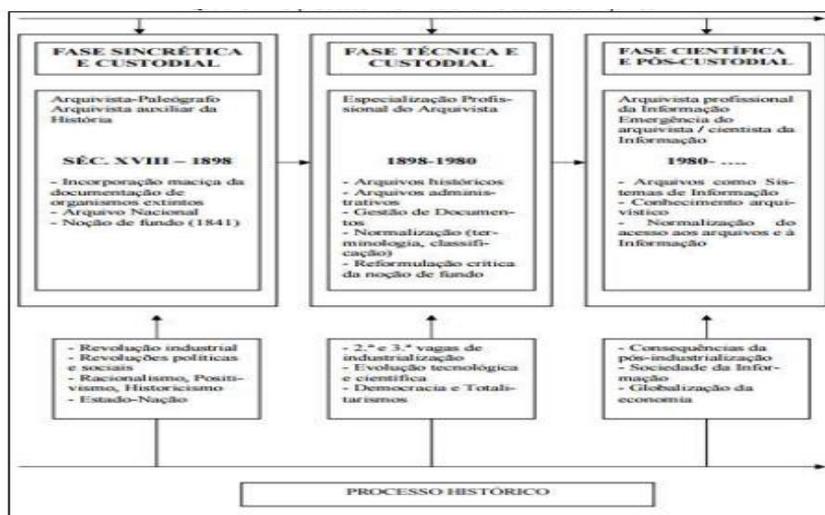
A fase da Unificação/Custódia, influenciada pelo modelo positivista que circulava na época, foi marcada por um período em que a Arquivologia era vista como uma disciplina subsidiária da história, com vínculos com a Paleografia Diplomática, e a Arquivologia como uma instituição voltada para a um Objetivo específico: Preservação de arquivos históricos. Também influenciada pelo positivismo, a fase técnica/custodial é caracterizada por uma evolução constante da tecnologia, tanto da independência das técnicas historiográficas quanto da construção de sistemas teóricos específicos da arquivologia, com vistas ao desenvolvimento de procedimentos. Foi estabelecido logo após a Revolução Francesa, projetado para armazenar, descrever, organizar e gerenciar informações (SILVA, 2006).

Outro ponto a ser destacado nesse período foi a formalização da prática arquivística por meio da criação de manuais de organização e descrição, como o *Dutch Archivist's Manual* elaborado por Samuel Muller, Johan A. Feith e Robert Fruin em 1898. Nota: A publicação do Manual representa uma etapa na formação de uma disciplina científica. Essas obras articulam teoria e prática em torno de uma abordagem única e permitem a disseminação de estados de conhecimento e o estabelecimento de tradições (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.53).

A partir da década de 1980, a arquivologia entrou em uma fase científica/pós-regulatória, estabelecendo conexões com a ciência da informação e adquirindo status científico.

Essa fase também foi marcada pela influência tecnológica, que ampliou a perspectiva da prática arquivística para além dos documentos físicos, abrangendo a informação como um fenômeno humano e social. Os arquivos passaram a ser vistos como sistemas de informação, nos quais os usuários têm direitos de acesso e uso, legitimando a guarda do arquivo. Segundo Silva et al. (1999), os arquivos são resultados das atividades de uma organização, indivíduo ou família ao longo do tempo, refletidas nos documentos que produzem e que preservam a memória dos acontecimentos e atos pelos quais são responsáveis. O período pós-regulatório é considerado uma busca por renovação no conhecimento e prática arquivística para o século XXI.

Figura 1: O processo informacional relativo aos arquivos



Fonte: Ribeiro (2011)

Os três marcos destacados acima se somam como contribuição para o arquivo. A perspectiva do hereditatismo volta-se para o "tesouro" que deve ser guardado, enfatizando a importância da produção de símbolos humanos. Embora o sincretismo dos séculos anteriores tenha sido parcialmente preservado, algumas distinções foram feitas entre arquivos, bibliotecas e museus. A entrada na modernidade enfatiza a especificidade das instituições arquivísticas, bibliotecas e museus, que devem ter estruturas organizadas e procedimentos de custódia estabelecidos. A Fundação Positivista prioriza a utilização de técnicas específicas de cada instituição para o manejo adequado dos materiais custodiados. Assim, no final do século XIX e início do século XX, formaram-se elementos que marcaram a consolidação de um certo padrão nesses três campos. Uma das consequências desse modelo é consolidar a separação entre as três regiões.

Na arquivística do século XX, as primeiras manifestações das ideias funcionalistas podem ser encontradas nos manuais seminais de Jenkinson em 1922 e Casanova em 1928, que apontavam a necessidade de os arquivos terem um impacto efetivo na melhoria da eficiência

organizacional. Sua expressão mais consistente aparece no desenvolvimento da subárea de avaliação de documentos, e entre eles, principalmente a “Escola Norte-Americana” da primeira metade do século XX, e o trabalho de Warren (a partir do qual a associação foi formalmente formada). seria o protótipo da *American Association for Archivists*); de Brooks, sobre as três categorias de valor, e principalmente de Schellenberg, sobre o valor primário e secundário dos documentos de arquivo (DELSALLE, 2000).

Essas propostas visam coletivamente preservar o máximo de informações e, ao mesmo tempo, preservar o mínimo de documentação - priorizando a funcionalidade sobre o arranjo e o valor histórico dos documentos. Outro aspecto dos arquivos, também funcionalista, é a priorização das ações culturais dos arquivos, suas funções culturais e pedagógicas, o que também estimula a busca por uma maior 'ativação' dessas instituições (FUGUERAS *et al*, 2001).

A perspectiva crítica surgiu primeiro com Bautier, que examinou os interesses ideológicos dos padrões usados pelos primeiros arquivos modernos. Outros estudos abordaram repetidamente a questão da propriedade dos documentos, por exemplo, nos processos de descolonização na África e na Ásia (SILVA *et al.*, 1998). Nas décadas de 1960 e 1970, o debate sobre as políticas nacionais de informação promovido pela UNESCO abordou o papel dos arquivos, a questão do direito à informação e a necessidade de transparência nacional (JARDIM, 1995).

Por outro lado, Colombo (1986) argumenta contra a obsessão da sociedade contemporânea em arquivar e registrar a atividade humana. Mais recentemente, a perspectiva de pesquisa pioneira de Terry Cook foi desenvolvida para superar a suposição de que as práticas arquivísticas são neutras e passivas e para analisar até que ponto os arquivos constituem espaços nos quais as relações de poder são negociadas, competidas e afirmadas – empíricas, por sua vez, enfatizando a passagem do conjunto para o contexto. Autores como Carswell, Harris e Montgomery estudaram realidades arquivísticas específicas, como regimes totalitários, seguindo o caminho pioneiro de Cook, baseado nos conceitos de Arendt e Derrida.

Em relação as pesquisas, do ponto de vista dos estudiosos, estão expressas na problematização da relação entre os usuários e os arquivos o começo da discussão na década de 1960, sobre as reflexões sobre o acesso aos arquivos nas reuniões do Conselho Internacional de Arquivos (SILVA *et al*, 1998), sendo as pesquisas pioneiras realizadas por Taylor, Dowle, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson, e estão voltadas para o entendimento das necessidades informacionais de diferentes tipos de usuários (JARDIM; FONSECA, 2004). Há também estudos de usuários no campo dos trabalhos de dinamização cultural, principalmente sobre

tipologia de usuários e, mais recentemente, sobre cidadãos e seus interesses em história familiar e em atividades de ensino (COEURE; DUCLERT, 2011).

Por fim, os temas relacionados à representação da informação são marcados por princípios organizacionais e descritivos para a criação de documentos de arquivo que emergem e são debatidos desde o início do curso. A partir de 1898, com a publicação do manual dos holandeses MÜLLER, FISS E FRUYN, adquiriu um estatuto diferenciado, abrindo caminho para a construção de normas arquivísticas e espaços de reflexão técnica. Várias aplicações práticas de ferramentas de classificação, incluindo sistemas de classificação bibliográfica, foram testadas ao longo dos anos seguintes, embora sem reflexão teórica significativa - isso ocorreu apenas em manuais posteriores, como Tascón em 1960 e Tanodi em 1961 anos, e no trabalho teórico de Schellenberg et al (1976). Na década de 1970, autores como Laroche e Duchein questionaram os princípios do planejamento, confrontando o conceito de conglomerados fonográficos emergentes nos Estados Unidos com princípios de origem europeia. No final desta década, autores como Dollar e Lytle inseriram a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação (Silva et al, 1998).

Aspectos relacionados à preservação e autenticidade também estão no centro do debate sobre o arquivo digital, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscam afirmar o valor do princípio da proveniência e o respeito ao financiamento como critérios fundamentais para a arquivologia. O impacto do suporte digital também impulsionou o crescimento da pesquisa no campo da normalização arquivística, em grande parte baseada na ideia de interoperabilidade de sistemas e possibilidades de networking, envolvendo pesquisadores, sociedades profissionais e entidades governamentais. Nos últimos anos, o tópico de indexação de arquivos de arquivo (representação de tópicos) também se tornou mais popular (Ribeiro, 2003).

2.2 A atualidade da arquivologia

A introdução da tecnologia ao longo dos anos, mais especificamente dos sistemas informatizados nas áreas de administração e comunicação, migrou processos analógicos para o ciberespaço, produzindo profundas mudanças nas relações cidadão/Estado. Mais especificamente, o advento da documentação digital agiliza o processo (FERREIRA, 2021).

De todas as tecnologias que afetam o trabalho arquivístico, o maior desafio e potencial mudança vem do desenvolvimento e proliferação do computador pessoal. Bancos de dados

computadorizados substituíram a dificuldade de localizar documentos por meio de catálogos manuscritos ou entre arquivos empilhados em arquivos. Os arquivos digitais permitem um acesso mais amplo aos registros, mas apresentam novos desafios para a preservação. Embora o e-mail tenha permitido que pessoas distantes trocassem mensagens quase instantaneamente, ao mesmo tempo criou enormes novos desafios com a necessidade de arquivar e preservar essas mensagens. Uma década atrás, os arquivistas tinham outras preocupações sobre o então novo mundo virtual em que estavam entrando. Agora, a demanda continua a evoluir em um ritmo muito dinâmico (SANTOS, 2019).

Em relação ao desenvolvimento da tecnologia e ao papel dos arquivistas, podemos considerar:

O papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática. Uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, para não dizer em diplomática anterior, pode ter aderido à conceitos e, portanto, resultando em estratégias e metodologias, que não são mais viáveis em um mundo pós-moderno e informatizado. Mesmo “ciência arquivística,” como um termo e um corpo de conhecimento, levanta problemas conceituais, muito além do impacto do pós-modernismo, que precisam ser esclarecidos nas novas realidades em que vivemos e trabalhamos. (COOK, 2001, p. 4).

Processos manuais foram substituídos por ferramentas digitais que facilitam o processo por meio da automação. No entanto, essas ferramentas da era digital não estão apenas começando a mudar a forma como conduzimos a pesquisa em arquivos, mas também estão levando a repensar o papel dos arquivos e dos profissionais da área – que podem ser manipulados em um ritmo cada vez maior (SANTOS, 2019).

A arquivologia na era digital vem mudando a forma como pensamos sobre os profissionais de arquivo. Não mais imerso em papéis, armários e gavetas, o novo profissional trabalha com arquivos digitais precisa de tecnologias robustas, normas eficientes, interdisciplinaridade com o profissional de TI, de políticas de arquivos e informação etc. Dito isso, a tecnologia é mais importante para os arquivistas do que para muitas profissões, pois a informação não só migrou, mas também já nasce digital, por isso a preocupação da preservação digital. Como ser um profissional da informação sem estar preparado para o ambiente informacional Digital, Web, e-mail, redes sociais, bases de dados, as normas e os softwares: é isso que a arquivologia na era digital deve explorar. O maior desafio é identificar as ferramentas mais eficazes e estruturar o processo para que elas de fato contribuam para o correto arquivamento dos documentos. O objetivo é tornar essas informações acessíveis aos interessados - mas sempre cuidar para mantê-las seguras. (ROCHA; RONDINELLI, 2016).

Para a noção de "registro de arquivo", recorreremos à Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – (CTDE 2014) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que define esta

entidade como um registro feito (feito ou recebido) no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tais atividades e é retida para ação ou referência. As pessoas físicas ou jurídicas constituem documentos de arquivo, cuja menor parte (data, local, remetente, destinatário, etc.) é identificada como dado. Destes, como corolário, chegamos ao conceito de documento digital e documento arquivístico digital (ROCHA; RONDINELLI, 2016)

No que diz respeito aos documentos digitais considerados como arquivos, são atribuídas outras características para além das características conhecidas, tais como: forma fixa e conteúdo estável e quatro pessoas (autor, originador, destinatário e produtor) ou pelo menos as três primeiras. Com o tempo, surgiram tecnologias e legislações alternativas para regulamentar os documentos digitais e dar-lhes força legal.

Quanto à regulamentação de documentos digitais as iniciativas surgem na década de 2000, com a publicação do Decreto no 3.865, de 2001 que estabeleceu requisitos para a contratação de serviços de certificação digital. A Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001 que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), equiparou a assinatura digital à assinatura de próprio punho, criou mecanismos de segurança de forma a garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em meio eletrônico que por meio de certificados digitais, é possível realizar transações eletrônicas seguras. E, o Decreto no 3.966, de 2001 regulamenta a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal normatizando a tramitação de documentos eletrônicos somente por meio de certificação digital. (HOTT e CRUZ-RIASCOS, 2018, p. 276).

Há uma série de marcos regulatórios que se consolidaram como a espinha dorsal da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011), que regulamenta o amplo acesso e divulgação de dados públicos e garante sua disponibilidade e integridade permanentes. Estes dados estão cada vez mais disponíveis em formato digital. São propostos os princípios da transparência ativa e da transparência passiva, sendo o primeiro divulgar informações de interesse público independentemente de exigências e o segundo fornecer informações de interesse público mediante solicitação.

Segundo o CTDE (2014), documento digital é “informação registrada, codificada em números binários, que pode ser acessada e interpretada por um sistema computacional. A mesma câmara de comércio define um arquivo de arquivo digital como um arquivo digital que é reconhecido e considerado como um arquivo de arquivo”. Harmonia, sem ruptura, o que apenas confirma a solidez dos princípios teóricos da arquivologia na realidade digital. Ainda existe, no entanto, para considerar questões de suporte. Sempre considerados como um importante elemento de análise diplomática de documentos, especialmente documentos

medievais, devido à sua condição indivisível, os documentos digitais quebram essa realidade porque

[...] (1) suporte e mensagem já não estão mais inextricavelmente unidos; (2) o que está escrito ou afixado no suporte não é o documento em si (palavras ou imagens), mas uma cadeia de bits; (2) a escolha de um suporte pelo produtor ou mantenedor do documento é sempre arbitrária e não carrega nenhum significado em particular (MACNEIL et al., 2005, p. 27).

A sinergia de tudo isso na implementação de inovações tecnológicas que atendam à urgência informacional nos leva a discussões e questionamentos: Estamos facilitando o acesso permanente a documentos digitais reais? Quais são as limitações ao uso de novas tecnologias para arquivamento? Essas novas tecnologias e transformações digitais levam em conta as regras do registro? Para que os documentos de arquivo digital sejam considerados autênticos, confiáveis e juridicamente válidos, recomenda-se, além de certificados digitais e metadados específicos, estabelecer um ambiente de custódia seguro que leve em consideração questões relativas à produção, uso, manuseio e descarte.

Segundo Flores (2016), assinaturas digitais garantem o recebimento de material autêntico. O projeto InterPARES é baseado em uma extensa pesquisa que indica que as assinaturas digitais são a melhor maneira de conferir um maior grau de autenticidade aos documentos gerados digitalmente. “Uma dessas técnicas criptográficas são as assinaturas digitais, que podem ser usadas para afirmar a autenticidade de documentos em um determinado momento à medida que são transferidos entre pessoas, sistemas ou aplicativos”. (Projeto INTERPARES, 2010, p. 7). “Notas Inteligentes” segundo (RONDINELLI, 2002). No entanto, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), adverte: “Pela sua finalidade e pela forma como funcionam, as assinaturas digitais não podem ser migradas para novos *bitstrings* resultantes da conversão de documentos em outros formatos de arquivo” (CONARQ, 2012, p. 5).

A transformação digital traz novas oportunidades e novas áreas de negócios. No entanto, quando essas inovações não são inovações sustentadas, elas podem continuar a colidir em meio a uma série de riscos. Algumas das técnicas aplicadas no quadro da arquivologia criam uma certa descontinuidade, um distanciamento do quadro teórico e do próprio arquivista.

A disrupção tecnológica, como tem sido apregoado por alguns segmentos, não é de todo boa, pelo contrário, ela pode ser ruim ao sistema; a inovação sustentada é a mais estruturada, até porque o mercado lança um novo produto, mas não tem base em um estudo, em uma análise ou em um referencial, ele tem como base quebrar o status quo, arrebentar com o status quo, ao não considerar os referenciais, ao não fazer aquilo que se está tão acostumado a fazer com a Ciência, que seria analisar, coletar, investigar, fazer uma revisão da literatura. (FLORES, 2019. P. 72-73).

Quando inovações disruptivas de baixo espectro são adotadas como soluções, teorias e métodos são descaracterizados, enfraquecendo o campo. Segundo (FLORES, 2019) “Dessa forma, como campo, o que se busca é a arquivística ou a transformação digital dos arquivos pela inovação contínua e não pela inovação disruptiva.” Digitalização de acervos sem referência arquivística, *blockchain*, armazenamento em nuvem e o próprio SEI são exemplos de inovações disruptivas de baixa frequência.

Deste ângulo:

O que estamos vivenciando hoje no campo da Arquivologia, e em decorrência das demandas sociais, é que a transformação digital nos Arquivos é inevitável e já vem acontecendo há algum tempo, todos os dias. Ainda, que a transformação digital pode ser boa ou má, e esse desenrolar vai depender profundamente da atuação dos profissionais de cada área; então, o Arquivista assume um papel preponderantemente protagonista nessas transformações. (FLORES, 2019. P. 76).

Nesse sentido, segundo Flores (2019), além de grande liderança, expertise e ferramentas tecnológicas adequadas, é necessário um ambiente de software específico no arquivamento contínuo da cadeia de custódia digital, juntamente com padrões, especificações e requisitos, que documentam todo o manuseio, alterações e migrações técnicas pelos quais os documentos digitais passam antes de chegarem ao seu destino final. Flores (2016) diz que se um número tem sua especificidade e complexidade além de sua especificidade, então é uma cadela frágil, ultrapassada em sua origem, gestão e preservação (autenticidade).

Segundo Tschan (2015 *apud* SILVA 2017, p.19), “por sua vez, argumentou que a custódia ainda permanece como função central dos arquivos, pois mais do que tornar o controle físico dos documentos, a custódia é um ato que atesta a sua autenticidade.”

O princípio da cadeia de custódia ininterrupta (Sir Hilary Jenkinson) afirma que os registros devem ser mantidos por partes conhecidas e confiáveis durante todo o seu ciclo de vida, a fim de manter a integridade e a confiabilidade. A custódia ininterrupta, se garantida ao destino final, tem se mostrado eficaz no mundo analógico, e no que diz respeito aos documentos de arquivo digital, assume-se satisfatória, atendendo às necessárias adaptações, tendo em conta a especificidade do nível de autenticidade dos objetos digitais.

Segundo o Glossário Jurídico de Plácido e Silva (2013, p. 414), a custódia é “o estado da coisa ou pessoa, que está sob guarda, proteção ou defesa de outrem, como o próprio local em que alguma coisa está guardada ou em que alguma pessoa é tida.” (*apud* SILVA, 2019, p. 49, grifo nosso).

Segundo o Dicionário Brasileiro de Termos Arquivísticos (DIBRATE) (2005, p. 62, grifos enfáticos), guarda é considerada: “O dever legal de guardar e proteger arquivos, independentemente de titularidade”. O Dicionário de Termos Arquivísticos de Camargo e Bellotto (2010, p. 35, grifos do autor) descreve a custódia como "uma responsabilidade legal temporária ou definitiva pela custódia e proteção de documentos que não possuem título".

Dentre os conceitos apresentados acima, há um consenso sobre a atribuição, proteção e custódia da responsabilidade legal como requisitos para uma custódia confiável, seja no ordenamento jurídico ou no campo dos arquivos, seja em instituições públicas ou privadas. Percebemos que nos programas que envolvem custódia segura, os pontos-chave se concentram em guardar, proteger e não apenas dar "coisas", mas também "lugares" para guardar "coisas".

O monitoramento de "coisas", documentos digitais, sequências de bits garantirá seu nível lógico/conceitual ao longo de sua utilização. Certificando de preservar seus elementos externos: fontes, gráficos, imagens, sons, layout, hiperlinks, resolução, etc. e seus elementos internos: as ações que lhe deram origem, o contexto e os atores envolvidos em sua produção e divulgação. A responsabilidade pela manutenção é atribuída a (administradores), que simplificam a sua colocação no sistema inserindo elementos (metadados) e distinguindo-os de outros elementos. No entanto, quando se trata de metadados, tecnologias e padrões são mais complexos para uma identificação mais profunda. Os metadados descrevem propriedades de objetos digitais que são essenciais para a presunção de autenticidade quando se trata de arquivos de arquivo, portanto, precisam ser claros e corretos.

No que diz respeito ao "local", um sistema de gestão documental, incluindo software e hardware, distribui posteriormente as permissões entre os diferentes departamentos administrativos. Desta forma, a preservação como um projeto importante define os papéis desempenhados pelos arquivos atuais, intermediários e históricos. O objetivo final deste conjunto de medidas técnicas e legais é garantir a produção de materiais autênticos e confiáveis.

Conforme revela SILVA (2017, p. 16), o papel dos arquivistas nos cenários tecnológicos vai além da mera preservação do material digital, e a complexidade e evolução constante das tecnologias de produção e processamento exigem a quebra do arquivista intrínseco no papel de arquivista, que ocupa o cargo de curador dos documentos à medida que são criados, utilizados e distribuídos nas instituições produtoras. A inevitável proximidade técnica e vocabulário comum entre os profissionais de informática e a arquivística estimula o desenvolvimento científico e consolida o caráter interdisciplinar da arquivística na busca de soluções condizentes com seus fundamentos metodológicos e preceitos científicos.

O que isso significa no conceito de documento ou arquivo? nenhum. Em suma, a diplomática reconhece a especificidade dos documentos gerados em ambientes informáticos e altera as condições dos elementos inerentes aos documentos, tipicamente suportados em papel, para passar a inseri-los no ambiente tecnológico dos documentos digitais, mais especificamente como hardware.

2.3 O arquivista como Profissão.

O marco legal para a institucionalização da profissão de arquivista é a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que no Brasil regulamenta a profissão de arquivista e técnico em arquivo. A lei levanta questões importantes sobre o exercício legal da profissão.

Art. 1º -O exercício das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, só será permitido:
 I -aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;
 II -aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na formada lei;
 III -aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;
 IV -aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contem, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;
 V -aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. Nas disciplinas específicas (BRASIL, 1978).

De acordo com Almeida e Duarte (2017), com a entrada em vigor da lei, foram admitidos técnicos em arquivos com o diploma do ensino secundário, bem como os que não se enquadrassem nos mandatos anteriores e que tivessem exercido a atividade na área da arquivologia durante cinco anos ininterruptos ou dez anos ininterruptos, para serem considerados arquivistas, e os Portadores de diploma de ensino médio com formação especializada em técnicas arquivísticas, cujos cursos sejam ministrados pelo Conselho Federal do Trabalho do Ministério do Trabalho, totalizando carga horária mínima de 1.110 horas em determinada disciplina, que Paes (2004, p. 42) considera “no arquivo por um lado, a experiência não substitui a orientação, pois 10 (década) anos de prática podem significar 10 (década) anos de documentação incorreta e inutilidade”.

Assim, considerando a multidisciplinaridade das Políticas Públicas e entendendo a sua inserção em diferentes áreas teóricas ou práticas, percebe-se a importância desta no campo da Arquivologia e a necessidade de discussões que abordem as duas áreas do conhecimento relacionado principalmente no papel social dos arquivos, pois eles se manifestam tanto em instituição como em conjuntos de documentos, pois se entende que:

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda a sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolver, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registram seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. [...] Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social. (DELMAS, 2010, p. 19-21).

O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005) conceitua arquivistas como "profissionais avançados com treinamento ou experiência arquivística reconhecida nacionalmente". Tanto as definições legais quanto as dicionarizadas limitam-se à aparência de formação e prática profissional, sem destacar a particularidade da profissão e seus atributos e cognição. Andrade e Almeida (2011) apontam que para preencher essa lacuna, o arquivista deve aprender e repassar para sua equipe de trabalho, desempenhar satisfatoriamente sua função em sua instituição, a fim de poder utilizar, divulgar, organizar e recuperar em formação.

Duarte (2006) por sua vez afirma que os arquivistas têm sido orientados para atender às necessidades de informação, desenvolvendo funções de forma rápida, eficiente e econômica, financeira e temporalmente, para fazer valer os direitos e deveres sociais embutidos na informação que gerencia, possibilitando a pesquisa e a difusão cultural é possível. Bellotto (2007) acrescentou que a eficácia da recuperação da informação dependerá do arquivista, enfatizando o novo e importante papel desse profissional, [...] o de atuar no que se convencionou chamar de "informação estratégica", isto é, a informação requerida pelos administradores de uma organização na tomada de decisão (BELLOTTO, 2007, p. 306).

Através dos pontos destacados pelos autores, visualizamos os arquivistas como profissionais mediadores, dialogar as informações com os usuários (sociedade). Morigi e Viega (2007) acrescentam que o arquivista deve ser o veículo utilizado, para ser o mediador, permitindo o acesso ao inventário que gere.

Historicamente, as práticas arquivísticas têm refletido um vínculo com a manutenção de registros em papel. Mais recentemente, a prática dos arquivistas profissionais foi incorporada às atividades relacionadas à gestão da informação (MORIGI; VIEGA, 2007). Ainda com base nessa realidade, Lopes (2009) aponta que, entre os arquivistas brasileiros, prevalece uma postura que oscila entre a burocracia e o tecnicismo. Por outro lado, o arquivista deve ser entendido como “[...] como o guardião da informação, seja considerada como ferramenta administrativa e legal, seja como testemunha da história e como exercício da cidadania” (BELLOTTO, 2007, p. 306 Páginas).

Santa Anna (2017) destaca que diante dos desafios impostos pela sociedade, e mesmo diante dos paradigmas que sustentam o campo da arquivologia, os arquivistas profissionais precisam reformular suas atribuições, adquirindo competências que vão além das competências tradicionais (custodial e gerenciamento de registros).

Rocha e Konrad (2013) mostram que, por meio da LAI, os arquivistas podem ser conhecidos em dois momentos: primeiro, pela aplicabilidade das atividades arquivísticas referenciadas pela própria lei; e segundo, pela necessidade de avaliar questões relacionadas a tais atividades. Além de ser uma política da administração pública, a LAI dá transparência à sociedade no campo arquivístico, oferece novas perspectivas e necessidades, demonstra a força do campo social, interage com a sociedade e afasta a noção de subordinação administrativa.

Souza (2014) publicou um trabalho abrangente mostrando a paisagem que os arquivistas ocupam na produção em nível nacional. Os dados apontam para a grande diversidade de profissionais arquivistas como: variação nas faixas etárias; prevalência de mulheres; interesse pelo mercado de trabalho privado e público; muitos optam pela docência, enquanto outros buscam uma especialização ou uma segunda graduação. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apresenta nas páginas do Portal do Trabalho e Emprego a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cuja base legal é a Portaria de 10 de outubro de 2002, que descreve a realidade das ocupações no mercado de trabalho brasileiro, tanto as regulamentadas quanto as livres, o sistema de classificação do portal descreve o profissional arquivista como: Administrador de arquivo; gerente de registros médicos e serviços estatísticos; especialista em documentação arquivística; especialista em organização de documentação; gerente de documentos (CBO).

As descrições de habilidades pessoais para a família "arquivista" são: trabalhar em equipes interdisciplinares, ser ético, acompanhar os tempos, ser criativo e flexível, ser metódico, desenvolver lógica e raciocínio abstrato, ter um senso aguçado de perspicácia, organizado, participe de comitês profissionais e entenda a legislação em seu campo profissional.

O CBO afirma que as ocupações domiciliares exigem formação e experiência em curso superior completo na área, embora observe que há profissionais que atuam em programas profissionalizantes e até mesmo em programas de pós-graduação.

Sabe-se que parte da população brasileira, em todos os níveis sociais, desconhece a finalidade dos arquivos para a sociedade, mas isso não pode ensejar no esquecimento da área, pois as relações sociais produzem cada vez mais documentos, e isso requer aplicação das práticas arquivísticas. Nessa seara de reflexão, Rodrigues (2014) apresenta uma sintetização a respeito da inserção da Arquivologia na política, dentro de um regime democrático, assim, exemplifica o que foi dito anteriormente:

A relação entre arquivo, poder e democracia se faz nas práticas burocráticas que permitem o segredo e os usos e não usos da informação documental orgânica pública a fim de legitimar o Estado e reproduzir a hegemonia das classes dominantes. Para Fugueras e Cruz Mundet (1999, p. 103), “a incorporação do direito [a informação] no ordenamento jurídico distingue os países democráticos dos não democráticos e, entre os primeiros, o nível de maturidade” da sua democracia. A opacidade da informação arquivística de interesse público, além de ser uma estratégia de valorização da informação no mercado, é uma estratégia de poder, tal como Jardim demonstrou em 1999. O que remete à proposta de Cook (1997) de que a arquivística nos países que se dizem democráticos deva deixar de se constituir em um saber de Estado e passar a atender à sociedade e ao Estado na sua função de servir à sociedade. (Rodrigues 2014 - p. 79)

A partir da citação acima, a autora expressa o aspecto dos arquivos, enquanto documentos produzidos em instituições de custódia. Além disso, a mesma apresenta a importância da Arquivologia para a sociedade uma vez que a área assegura o acesso à informação. E com esse acesso torna facilitada a obtenção à democracia, uma vez que os documentos que são produzidos e confirmados nesse regime político são de interesse público. Esse é um exemplo de como a sociedade precisa se valer das práticas arquivísticas em todas as suas áreas. Assim, pode-se compreender a necessidade de se pensar Políticas Públicas que contemplem as demandas da Arquivologia no exercício de suas atividades. Apesar da burocracia fazer parte da vida de todo cidadão, ainda assim, há poucas políticas públicas voltadas à área da arquivística, mas sem dúvida, existe grande necessidade de sua existência. Por tudo isso, é importante destacar a necessidade da valorização da área no cotidiano social (PERDIGÃO; MACÊDO; GONÇALVES, 2019).

De acordo com a lei, anteriormente citada, cabe ao arquivista: o planejamento, implantação, organização e direção dos arquivos e sistemas arquivísticos; a gestão de documentos, o acompanhamento do processo documental e informativo; a identificação das

espécies documentais; o planejamento de novos documentos e o controle de multicópias, arranjos, descrição, avaliação, conservação e restauração de documentos.

Uma visão geral do perfil profissional do arquivística inclui também a gestão e organização de centros de informação que compreendem acervos arquivísticos, bem como microfímes e serviços automatizados aplicados aos arquivos. Compete-lhe ainda a elaboração de pareceres e trabalhos complexos sobre matéria arquivística e documentos culturalmente significativos, bem como a assessoria em trabalhos de investigação científica, jurídica, administrativa e técnica.

Os arquivistas são gestores dos processos documentais, aptos a utilizar soluções para o manejo das funções dos documentos arquivísticos, atendendo às atuais necessidades administrativas e técnico-científicas. O domínio de tecnologias emergentes aplicadas ao registro, processamento e recuperação da informação faz parte de seu perfil.

Arquivistas são profissionais que atuam em instituições públicas e empresas privadas que necessitam gerenciar sistemas de documentos, tais como: poderes executivo, legislativo e judiciário; área de recursos humanos de empresas; hospitais; instituições financeiras; instituições de ensino e indústrias de diversos setores.

De acordo com a Lei nº 6.546, apenas a profissão de arquivista é permitida (1978):

- I – aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;
- II – aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujos diplomas sejam revalidados no Brasil na forma da lei;
- III – aos que, embora não habilitados nos termos dos itens anteriores, contém, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da vigência dessa Lei, no campo profissional da Arquivologia.

Para atender às demandas da atualidade, os arquivistas modernos se caracterizam pela formação científica, adaptabilidade e inovação diante das novas demandas econômicas, sociais, tecnológicas e políticas do século XXI.

2.4 O papel do arquivista na sociedade

Partindo dos pressupostos de que a inovação e o desenvolvimento estão em todas as áreas e em todos os níveis profissionais, o arquivista deve ser um profissional comprometido com as demandas sociais, entretanto os cidadãos devem respeitar o profissional de arquivo e também entender que os arquivos não são apenas elementos essenciais do sistema democrático, senão também como instrumentos insubstituíveis do bom funcionamento, porém cabe ao

arquivista, já que ele é mediador e é autor da concretização do pleno acesso aos documentos, assim complementa a autora:

Para que esta disciplina (Arquivística) possa ser reconhecida por sua relevância política, social e econômica deve começar por defender um profissional que não seja definido somente por suas funções, mas, também, por suas responsabilidades, muito relacionadas de acordo com esta definição com a satisfação de demanda muito concretas da sociedade, da cultura, da ciência e da economia de um país. (MARTÍN – POZUELO, 2004, p. 6).

O arquivista assume um papel ativo e dinâmico, oposto à atitude passiva que tinha esse profissional nos tempos passados. No dizer do arquivista e professor Luís Fernando Jaén García, é preciso abandonar a apatia, a preguiça, o anonimato e o enclausuramento dentro das quatro paredes do arquivo. Portanto, o profissional do arquivo atua na inteligência corporativa e na tomada de decisões (GARCÍA, 2002). Como também as qualidades de adaptação, pragmatismo, curiosidade intelectual, rigor, método, capacidade de compreensão e de escuta, esse profissional, que é quem permite que os arquivos possam realmente cumprir aquele papel instrumental que lhe cabe, no entanto é um profissional pouco compreendido, seja pelos administradores, produtores dos documentos, seja pelos cidadãos e pelos pesquisadores, usuários dos documentos. Apesar de que a sociedade tem dos arquivos e dos arquivistas uma imagem obscurecida e mal-entendida. Desta forma temos que analisar a atuação do arquivista nos dias atuais e refletir de que forma o seu trabalho contribuirá para as mudanças na sociedade. “O conjunto das ações que o homem, com uma finalidade prática, com a ajuda do cérebro, das mãos, de instrumentos ou de máquinas, exerce sobre a matéria, ações que, por sua vez, reagindo sobre o homem, modificam-no.” (FRIEDMAM; NAVILLE, 1973, p.20).

Fica claro o papel e a importância que o arquivista exerce sobre a sociedade, dando praticidade e organização aos diversos ambientes e setores de trabalho, o que não fica evidente é a valorização do profissional e sua contribuição, que muitas vezes passam despercebida, a atuação profissional é bastante invisível e é necessário mudar essa visão e deixar mais explícita nossa contribuição dentro das entidades. Outro gargalo para a valorização do arquivista está diretamente relacionado ao ambiente de trabalho,

O arquivista, mesmo o corretamente denominado, conta com a má vontade dos chefes, dos colegas de outras áreas, dos usuários, que não compreendem bem o seu trabalho. Muitos desses acham que é normal, nos arquivos, os erros, as confusões, o não acharem-se papéis. E julgam que ocorre um “milagre” quando encontram a informação que procuram. É preciso fazer com que mude essa situação. (BELLOTO. 1996, p. 7 -16).

Segundo o professor Armando Malheiros da Silva, o arquivista é um profissional com competência para gerenciar documentos e informações devido sua qualificação científica, assim:

A Arquivística é uma ciência da informação social que estuda o arquivo enquanto sistema (...), não através de um dispositivo metodológico fragmentário orientado somente o componente funcional/serviço, ou seja, transferência e recuperação da informação, capaz de problematizar em torno a leis formais ou princípios gerais a atividade humana e social implicada no processo informacional arquivístico. (SILVA, 1999, p. 211).

Em todas as épocas, a informação é um elemento essencial para a sociedade, tanto para garantia de prova, como para comprovação de direitos adquiridos. O momento de inserção ao mercado de trabalho por qualquer profissional é marcado por indagações de como agir perante a nova vida que lhe espera, nesse sentido, a análise das peculiaridades relacionadas com a formação acadêmica e a capacitação profissional dos arquivistas são indispensáveis para conhecer a realidade em que estão inseridos. É primordial para o arquivista esteja em constante atualização, pois a melhor preparação para a atuação profissional advêm das vivências do próprio mercado de trabalho. O arquivista deixou de ser aquele funcionário que aguardava em seu setor de trabalho, os documentos e passou a ser aquele que estuda para compreender, ordena e decidir sobre o seu destino, com isso se torna um profissional que o mercado só agora busca para sua organização, Como aponta Bellotto, “só um constante treinamento e cada vez mais experiência permitem aos arquivistas intervir definitivamente na implantação de diversos programas aprovados pela administração das instituições e converter-se em eficazes conselheiros para a solução de problemas.” (BELLOTTO, 2004, p.302).

No mundo do trabalho, cada profissional adota a denominação que o associa a sua prática laboral, em seus anos de estudos e suas relevâncias para a sociedade, apesar de que temos um grande preconceito na sociedade de definir um arquivista como mero guardador de papéis, e precisamos quebrar esse paradigma, uma visão precisa mudar perante a sociedade,

Uma formação puramente histórica já não é, certamente, suficiente para exercer a profissão de arquivista, sobretudo se si dispõe a gerenciar arquivos modernos. Por outro lado, um arquivista não pode deixar de ter uma boa base histórica concernente, no que mínimo, às instituições ou às instituições nas quais vai classificar os arquivos. (...) A forma profissional ideal do arquivista deve então unir, e não contrapor, os dois aspectos – “histórico” e modernista”. (DUCHEIN, 1993. p 28-29)

Precisamos acompanhar os avanços tecnológicos e como bem explicou Duchein (1993) unir o histórico e o moderno, assim como o Martín – Pozuelo (2009) reitera esse pensamento.

A ninguém passa despercebida que todas as profissões hoje estão sofrendo uma mudança profunda em sua natureza e em suas funções, algumas até em sua função

social. Enquanto umas alcançam índices de prestígio outras declinam progressivamente. Falamos de novos intelectuais, novos investigadores, novos administradores, novos executivos, enfim, podemos falar também de novos arquivistas? Que mudança real se está produzindo? (MARTÍN- POZUELO, 2009, p. 17)

A modernidade chegou e com ela a oportunidade de mostrar a sociedade a importância da arquivologia e que ela se modernizou sim, e acompanha os avanços tecnológicos, e que sua prática envolve um alto nível intelectual e não meramente um ato mecânico de guardar papel como muitos pensam. As atividades desempenhadas pelo arquivista compreendem o planejamento, acompanhamento, direção e orientação do processo documental, o que caracteriza o nível intelectual (PERDIGÃO; DE MACÊDO; GONÇALVES, 2019).

Os espaços de trabalho tornam-se mais produtivos quando envolvem profissionais que integram de vários setores, os arquivistas são essenciais para toda e qualquer instituição, o que todo trabalhador quer em sua função é reconhecimento daquilo que faz. Entretanto hoje, em plena sociedade da informação, os arquivistas ocupam uma posição periférica entre os denominados profissionais da informação, ainda que recentemente tenham sido incluídos nesta categoria,

Ainda que não haja consenso sobre todas as profissões que poderiam incluir-se sob a denominação de profissionais da informação, poderíamos dizer que no Brasil, bibliotecários, arquivista e os mestres ou doutores em ciência da informação formam o núcleo desse grupo. (MULLER, 2004, p. 43).

O arquivista começou a ter mais visibilidade e importância no desenvolvimento das instituições no que se refere a informação e gestão de documentos, o que aumentou as suas oportunidades no mercado de trabalho e conseqüentemente melhor qualificação profissional. O papel do Arquivista de acordo com Luciana Duranti,

Significa ser um especialista na natureza dos documentos de arquivo (teoria arquivística), sobre como manuseá-los desde sua criação até sua preservação permanente (metodologia arquivística), sobre como desenvolver políticas, estratégias e planos de ação apropriados para o contexto jurídico administrativo, social e cultural sobre os documentos de arquivos nos quais se atua (prática arquivística), sobre a história das instituições arquivísticas, os fundos arquivísticos, o conhecimento arquivístico (história arquivística) e sobre edifícios condições arquivísticas de preservação física (conservação arquivística). Em outras palavras, o que distingue o arquivista de outros profissionais são os conhecimentos da ciência arquivística. (DURANTI, 2006, p. 3)

Como pode verificar na argumentação (2006), um arquivista é aquele que pode atuar no controle e cuidados da conservação e administração dos documentos, como também na investigação e desenvolvimento de técnicas adequadas para o tratamento e controles dos

documentos, executando as tarefas vinculada aos arquivos. Sendo assim sua imagem na sociedade e sua atuação no ambiente de trabalho são fundamentais para a valorização e reconhecimento do profissional em sua totalidade.

No Brasil o reconhecimento profissional do arquivista se deu no final da década de 70 com a Lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulou o exercício legal da profissão e deu aos profissionais a visibilidade merecida é o que nos explica Souza (2002).

A visibilidade do arquivista e de suas funções teve uma amplitude posterior a implantação da legislação arquivística brasileira. Com a legislação arquivística e as resoluções e demais atos emanados pelo Conarq, as instituições, sobretudo públicas, criaram e ampliaram o espaço em seus quadros para agregar os arquivistas como gestores das informações e responsáveis pelo fluxo dos documentos, principalmente onde haja acumulação de documentos (SOUZA,2002. P. 633-644)

Os espaços de trabalho deram maior visibilidade aos profissionais, e essa categoria conta com um mercado de trabalho em expansão, principalmente com o advento da tecnologia, que veio para agregar valor, revelando um lado da arquivologia até então desconhecido ou pouco valorizado, o arquivista investigador, no sentido de que o profissional faz um trabalho de reconstituição da memória social. O arquivista manipula no seu dia-dia acervos antigos e modernos, ele trabalha com o passado e o presente, ou seja, antigo contemporânea, sendo capaz de interpretar e interagir com as diversas realidades processo (FERREIRA, 2021).

Ele também atua tanto em instituições públicas e privadas em diversas realidades organizacionais dominando conhecimentos utilizados de serviços de informação, de modo a aumentar a eficácia e a eficiência de sua profissão perante os órgãos competentes. Hoje as instituições publicas reconhecem o papel crucial que o arquivista tem na gestão organizacional, sobretudo no exercício de novas responsabilidades e a aquisição de novas competências, ampliando o mercado de trabalho. A atividade de um arquivista é essencial para toda instituições, ainda que seja pouco reconhecido a sua atuação dentro do organismo (ALMEIDA; DUARTE,2017).

A diferença de muitas outras profissões, não parece haver um modelo universalmente aplicável para a formação dos arquivistas que possa comparar a nível internacional. Se podem observar vários métodos de formação que, em cada caso, estão fortemente vinculados ao caráter, tradições, as limitações internas e externas e a história da profissão nos diversos países. (MENNE-HARITZ, 1992, p. 58).

Desta Formam, o arquivista é responsável pela gestão de informação, pela a classificação e tramitação dos documentos, ou seja, cabe a ele a responsabilidade de elaborar

de modo adequado um arquivo para que venha satisfazer a necessidade tanto das instituições como dos usuários que buscam de forma eficiente uma informação, os arquivistas tem ser profissionais preparados para enfrentar os problemas que surgir na pratica.

2.5 Os paradigmas do profissional arquivista e responsabilidade ética e social do arquivista

O direito à informação tornou-se um pilar fundamental da vida cotidiana das pessoas que vivem em sociedades democráticas. Nessa perspectiva, a informação é uma ferramenta capaz de influenciar e facilitar a participação cidadã nos processos decisórios sobre questões de interesse público (MARTINS, 2011). No contexto das instituições públicas, o acesso à informação de caráter público torna-se a via para a busca da almejada cidadania plena. Jardim (2012) reitera que a partir da segunda metade do século XX, o direito de acesso à informação configura-se como um dos indicadores de cidadania. Segundo Jardim “nesse mesmo processo, as demandas por transparência e participação do cidadão no desenho e controle social das ações do Estado ganham relevo na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental (JARDIM, 2010, p. 2).

Neste sentido, pelo fato de a arquivologia se tratar de um campo em constante processo de discussão e desenvolvimento, consideramos necessário retomar os pressupostos teóricos da Arquivologia, confrontando princípios e métodos pensados em diferentes momentos da história, a fim de evidenciar as mudanças de paradigmas na área que transformaram a visão dos estudiosos a respeito dos arquivos e do próprio trabalho dos arquivistas. Essa discussão contribuirá para compreender de que maneira o papel do arquivista foi modificando-se ao longo do tempo, deixando de ser visto apenas como um guardião dos documentos de arquivo para ser sujeito partícipe do processo de formação da memória coletiva, e assumindo, inclusive o papel de mediador cultural dos arquivos (ZAMMATARO; CAVALCANTE, 2020).

Os princípios e métodos foram pouco ou nada questionados até o início da década de 1950, circularam nos manuais dos arquivistas holandeses por volta de 1898, e posteriormente passaram a ser criticados, intimamente relacionados ao aumento do fluxo de informações gerado pela Segunda Guerra Mundial, e assim pensando em o objeto da ciência arquivística de uma nova maneira.

[...] a partir da década de 1960, alguns autores iniciam severas críticas ao conceito de fundo no que diz respeito a sua limitação em uma aplicação prática, devido ao

surgimento de novos paradigmas e inovações tecnológicas que afetam o campo da Arquivologia, tornando a gênese documental exponencialmente dinâmica e de controle quase inviável. (FRANCO et al., 2017, p. 49).

Em consonância com Martins (2011), entendemos o acesso à informação pública como um direito personificado à informação detida pelo Estado, e que esta deve fazer parte das normas políticas de governo aberto, propondo processos de governo transparentes.

Cronologicamente, a LAI (citada no tópico anterior e discutida por algum tempo na Comissão de Transparência, órgão colegiado vinculado à antiga Controladoria-Geral da União (CGU) para recomendar e debater medidas relacionadas à transparência na administração pública. Lei nº 219 de 2003, que foi proposta e após muita discussão, foi aprovado em 2011, transformado em Lei.12.527. A LAI busca regular o direito constitucional de acesso à informação pública, tornando o sigilo a exceção e o acesso a regra no cotidiano da administração pública. Nessa perspectiva, o Estado “[...] responde simultaneamente às necessidades de acesso à informação e desenvolve ativamente mecanismos e políticas de acesso à informação” (CGU, 2013)

Além das críticas ao conceito de contexto, o princípio da proveniência está sendo questionado como elemento central e definidor da pesquisa arquivística. Ao contrário dos escritores clássicos, os escritores contemporâneos repensam o significado dos princípios de proveniência aplicados à ciência arquivística, minando o que até então era considerado fundamental para a profissão. O papel do arquivista é também discutido no contexto dos princípios de reformulação, não mais apenas o guardião de documentos de arquivo na perspectiva de escritores contemporâneos, a capacidade de assumir o papel de mediador cultural do arquivo, os pressupostos defendidos neste trabalho. A mudança de paradigma na área necessária para entender esse processo é apresentada e discutida.

Uma dessas mudanças é o tema ética e responsabilidade social, que propicia pesquisas em diversas áreas do conhecimento e, segundo Targino e Garcia (2008), passa a ser um termo utilizado pelos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, princípios éticos e valores morais existem na proposição de atividades, na reavaliação de responsabilidade social e/ou padrões éticos e na atribuição de categorias profissionais, observando o comportamento de empresas e instituições e indivíduos (GARCIA, 2007).

A Responsabilidade Social (RS) ainda é entendida nos termos de Ashley et al (2005), que garantem que pode ser descrita como toda e qualquer ação que melhore a qualidade de vida na sociedade. No contexto da informação, o conceito de RS abarca o conceito de necessidades humanas e como essas necessidades podem ser compreendidas e enfatizadas por meio da

dimensão social e sua relação com os serviços de informação, que integra a melhoria da qualidade de vida. Com relação ao contexto ético, Morin (2007) destaca que a moralidade se manifesta para nós – sociedade – na forma de imperativos por meio de exigências morais. Pedagogicamente, a ética pode ser dividida em duas áreas por suas questões teóricas: a) questões gerais e fundamentais, incluindo aspectos de liberdade, consciência, bondade, valores, direito, etc.; b) questões específicas de aplicação específica, como ética profissional, questões políticas de ética e sexualidade. Vale ressaltar, no entanto, que a segmentação é uma intervenção de ensino, pois na vida real eles convivem (VALLS, 1994). Ainda no âmbito da ética, importa referir que a ética é um conceito fundamental no trabalho dos profissionais da informação e na sua prática de responsabilidade social.

Jimerson (2007) explicou que os arquivistas podem aproveitar o poder dos arquivos para promover a responsabilidade, o governo aberto, a diversidade e a justiça social. Neazor (2007) também destaca que a manutenção de registros e a preservação de arquivos estão cada vez mais associadas a questões éticas, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e aos conceitos relacionados à responsabilidade e à transparência.

Nesse sentido, as informações de cunho público permitem ao cidadão o acesso e, ainda primordialmente, o conhecimento de atividades/programas desenvolvidos pelos governos: [...]além disso, através do uso das informações governamentais, os cidadãos podem se organizar e pressionar o Estado, buscando a implementação das políticas públicas exigidas pela população (MORIGI; VEIGA, 2007, p.37).

Na realidade brasileira, algumas instituições arquivísticas promovem diversas atividades como: palestras, seminários, exposições, debates, lançamentos de livros, etc., que estimulam a aproximação dos arquivos com a sociedade. Cabral (2012) afirma que quando os arquivos são vistos como espaços de comunicação e atividade cultural, pretende-se organizar as atividades segundo um plano sistemático com o objetivo de aproximar o público, proporcionar o acesso à informação e facilitar a criação de conhecimento, modificação e inserção, os administradores de arquivos profissionais precisam e precisam se ver como mediadores dessa interação. Só assim, “o perfil do arquivista está intrinsecamente ligado ao seu papel na sociedade” (SOUZA, 2011, p. 75).

Soares levanta uma questão de extrema importância e que exige atenção e consideração não só dos arquivistas profissionais, mas de toda a sociedade: o empobrecimento não só de bens e serviços, mas também de informação. Manipular e negar isso é exacerbar a desigualdade social e alimentar o crescimento da pobreza, do desemprego e da violência. Além disso,

prejudica o exercício do discernimento dos cidadãos, impedindo-os de avaliar as decisões tomadas pelo governo e, assim, exercer efetivamente seus direitos (SOARES, 2013, p. 88).

Através desta referência, podem surgir múltiplas questões sobre o percurso profissional do arquivista e como este se posiciona face aos obstáculos que muitas vezes limitam e alargam o fosso de informação utilizador/cidadão. Embora a LAI seja a garantia legal para dar essa abertura e viabilizar o acesso, é preciso que os arquivistas sejam proativos, ou seja, que dêem expressão de ação antecipada. No contexto da LAI, busca-se transparência ativa.

3 METODOLOGIA

Com base no exposto, realizou-se pesquisa bibliográfica, utilizando a pesquisa qualitativa como processo de estabelecimento de referencial teórico para os temas abordados.

A fundamentação teórica tem como base a tríade proposta por Souza (2011), que vincula os arquivistas a três componentes, a saber, a formação, o associativismo e o mercado de trabalho. Ao determinar o papel dos arquivistas no evento, o estudo priorizou temas de visibilidade relacionados ao mercado de trabalho, bem como outros *links* apresentados, o que possibilitou gerar versões de dados quantitativos do evento que destacaram esses termos. Procuramos identificar artigos em que o termo “archivist” se destaca, tendo em conta os termos “archivero” e “archivologista”, uma vez que o engajamento textual é espanhol e “archivist” é Inglês.

Através da pesquisa realizada pode-se encontrar referências mais específicas por meio de artigos em bases de dados como Scielo, Google acadêmico e BRAPCI.

Houve também um levantamento de tópicos relacionados aos temas desenvolvidos na Monografia, como tratar da teoria arquivística e o nascimento da arquivologia como curso superior, que envolve a ciência da informação. Várias palavras-chave foram usadas na busca, incluindo: teoria arquivística; ciência arquivística; responsabilidade arquivística; mediação cultural; mediação cultural em arquivos; arquivistas; o papel dos arquivistas; mediação cultural e ciência da informação, entre outras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no estudo realizado pode-se entender que a arquivologia teve sua regulamentação como profissão no Brasil pela **Lei n. 6.546, de 1978**, que versa sobre Planejamento, Orientação, Direção e Seleção de Documentos Arquivísticos. Segundo as pesquisas realizadas, a profissão de arquivista é relativamente nova, mas o mercado está em expansão. Os arquivistas podem trabalhar em instituições públicas ou privadas, centros de documentação, arquivos privados ou públicos, instituições culturais e muito mais.

Com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o propósito de analisar as funções do arquivista e seu papel na sociedade. Esse tipo de pesquisa desempenha um papel importante na definição dos limites da pesquisa a ser desenvolvida, considerando uma abordagem científica, conforme afirmado por Dane (1990). De acordo com o autor, é essencial identificar os tópicos-chave, autores, palavras-chave, periódicos e fontes de dados preliminares. Nesse sentido, a revisão bibliográfica é considerada um passo inicial fundamental em qualquer pesquisa científica (WEBSTER; WATSON, 2002).

Para garantir o sucesso da pesquisa bibliográfica, foi adotada a estrutura proposta por Prodanov e Freitas (2013). As informações para essa pesquisa foram coletadas em diferentes bases de dados: Google acadêmico, Scielo, e BRAPCI, utilizando as palavras-chave: Arquivista, Arquivologia, Atuação Profissional entre os anos de 2018 a 2022, os critérios utilizados foi a partir do resumo identificar os artigos que abordassem o papel e a atuação profissional do arquivista. A tabela 1 apresenta as quantidades encontradas.

Tabela 1: Bases e arquivos utilizados na pesquisa

Base de dados	Resultados encontrados	Artigos selecionados	Artigos utilizados
Google acadêmico	14.300 resultados	61	4
Scielo	29 resultados	4	3
BRAPCI	13	2	-
Total	14.344 resultados	67	7

Fonte: Próprio autor

As sete fontes bibliográficas selecionadas, juntamente com outros materiais (anotações, livros, artigos, etc.) do arquivo pessoal, foram utilizadas como suporte ao longo de toda a pesquisa. Autores essenciais contribuíram nessa jornada, todos relacionados à área de estudo,

permitindo um diálogo com diversos estudiosos do tema e seguindo um caminho teórico embasado na literatura disponível para consulta. A tabela 2 apresenta os artigos utilizados na elaboração desta pesquisa bibliográfica, juntamente com suas principais informações para referência.

Tabela 2: Artigos de referência

AUTOR(ES)	TÍTULO	ANO
BERRINO	A Arquivologia no século XXI: uma possibilidade de negócio em GED.	2018
MELO; CARDOSO.	Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil	2018
SILVA JUNIOR,	Competência em informação (COINFO): nuances trazidas pelo paradigma pós-custodial ao profissional arquivista na atualidade.	2018
ARAÚJO.	Por uma história intelectual da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia desde uma perspectiva transversal	2020
ZAMMATARO; CAVALCANTE	Da custódia à mediação cultural: o papel dos arquivistas	2020
FERREIRA.	Arquivologia na era digital: a custódia digital ininterrupta como contribuição a garantia da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais	2021
FURTADO; CAVALCANTE.	Competência Arquivística e Inteligência Arquivística como vertentes da Competência em Informação no horizonte da Arquivologia contemporânea	2022

Fonte: Google Acadêmico; Scielo.

Silva Junior (2018) faz uma alusão à competência em informação na ambiência do arquivista diante das mudanças ocorridas na era pós-custodial, destacando a necessidade de revisão das práticas trabalhistas e a adaptação a uma sociedade cada vez mais informatizada

Araújo (2020) destaca a inovação da arquivística integrada, surgida nos anos 1980, como uma síntese dos *records management* e da *archives administration*, abrangendo a gestão de documentos em uma perspectiva integrada.

Segundo Zammataro e Cavalcante (2020), os arquivistas desempenham um papel fundamental como agentes de mediação cultural, sendo responsáveis por estabelecer a conexão entre os arquivos e os sujeitos, produzindo sentido.

Furtado e Cavalcante (2022) ressaltam a importância da formação do arquivista em adquirir habilidades que se refletem tanto no âmbito pessoal como profissional, considerando que suas atividades têm um impacto direto na instituição arquivística

Ferreira (2021) destaca que a automação das funções e a transição para o documento digital reduziram a presença do arquivista, excluindo a utilização dos referenciais teóricos e metodológicos consolidados pela área.

Berrino (2021, p. 31) resalta a demanda existente para serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos- GED que devem ser supridos por arquivistas, embasando a arquivística em sua metodologia e expandindo seu portfólio de serviços.

Furtado e Cavalcante (2022, p. 171) consideram a Competência em Informação como uma abordagem essencial para a formação do arquivista, que contribui para o aprimoramento da compreensão e reflexão crítica da informação.

A Competência em Informação é apontada como uma alternativa para minimizar os efeitos das adversidades decorrentes do processo de transformação digital, não sendo exclusiva da Arquivologia ou das áreas da informação. A Competência em Informação é uma abordagem de aprendizagem na formação do arquivista, contribuindo para atender suas necessidades e as do meio social, baseando-se no aprendizado ao longo da vida, cidadania e empregabilidade. Além disso, a Competência Arquivística e a Inteligência Arquivística consideram a função social dos arquivos, aproximando arquivo, arquivista e usuário no processo de pesquisa e acesso à informação. O arquivista desempenha o papel de mediador da informação, tanto como usuário na elaboração de estratégias de busca quanto como instrutor de habilidades de busca e uso da informação (FURTADO; CAVALCANTE, 2022).

O arquivista é responsável pelo planejamento, implementação de técnicas, organização, conservação, preservação, gestão dos documentos e recuperação das informações. Sua atuação é indispensável para instituições públicas e privadas, sendo um profissional qualificado na gestão da informação. Apesar disso, a sociedade em geral ainda tem uma visão distorcida do arquivista. Os congressos científicos podem contribuir para ampliar a visibilidade desse profissional, proporcionando debates sobre a evolução da teoria arquivística, as funções dos arquivos e o papel do arquivista na sociedade. No entanto, é necessário questionar se o arquivista tem sido o protagonista dessas discussões e se a sua visibilidade tem aumentado nos congressos. É importante refletir sobre as discussões que envolvem o arquivista, sua formação, associativismo e mercado de trabalho, e observar quanto se discute sobre ele nesses eventos científicos (MELO; CARDOSO, 2018).

O arquivista vem se tornando um profissional conhecido, com a imagem alterada de custodiador para gestor de documentos, principalmente no mercado de trabalho na administração pública. A Lei de Acesso à Informação legitimou o papel do arquivista nas instituições, contribuindo para modificar o cenário e destacando sua atuação como gestor. A proposta de criação de um Conselho Federal de Arquivologia tem sido discutida, reunindo profissionais, docentes, discentes e demais interessados atuantes em instituições arquivísticas, públicas ou privadas (MELO; CARDOSO 2018).

A Arquivologia, juntamente com a Biblioteconomia e a Museologia, concentra-se no desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos que custodiam. Essas áreas se autonomizaram de outras disciplinas das quais eram apenas consideradas campos auxiliares, como as artes, a história e a literatura (ARAÚJO, 2018).

Conforme constatado na pesquisa, percebe-se que, o arquivista, em parceria com profissionais de diversas áreas, desempenha um papel mediador no processo de ensino e aprendizagem. O objetivo é aproximar o usuário dos espaços informacionais formais e informais, atendendo satisfatoriamente às suas necessidades e ampliando o potencial de pesquisa dos arquivos físicos e digitais. Portanto, como afirma Duarte (2006, p. 147), "os profissionais de arquivo não devem depreciar seus papéis como guardiões dos documentos. No entanto, os arquivistas devem ir além de seu papel de custódios se desejam sobreviver como profissionais neste século".

Bellotto (2012) descreve o código de ética que os profissionais arquivistas devem seguir em sua conduta profissional, com o objetivo de elevar o nível das regras de conduta da profissão e sensibilizar os novos membros para essas regras. Além disso, o código de ética serve como um lembrete das responsabilidades profissionais dos arquivistas experientes e busca inspirar confiança do público na profissão. Ele ressalta a importância de uma maior visibilidade da profissão arquivista por parte da sociedade. Os cidadãos devem não apenas respeitar os profissionais de arquivo, mas também compreender que os arquivos são elementos essenciais do sistema democrático e instrumentos indispensáveis para o bom funcionamento do Estado. O arquivista desempenha um papel fundamental como mediador e autor do pleno acesso aos documentos. Além disso, o arquivista assume um papel ativo e dinâmico, tanto no âmbito governamental, no acesso a informações governamentais e cidadãs, quanto no mundo corporativo, onde pode ter uma maior projeção operativa.

Cook (2017) destaca que os arquivistas conferem valor aos documentos como evidência e para pesquisa, ressaltando sua identidade como profissionais da informação. Eles

compreendem a complexidade da relação entre a entidade produtora e os documentos por ela produzidos, bem como a relação entre séries ou grupos de documentos inter-relacionados.

Portanto, fica claro que em um momento em que a Arquivologia passa por transformações, a tecnologia proporciona maior agilidade no processo informacional que exige maior controle sobre a informação nas organizações, instituições e unidades de informação, os arquivistas se inserem na chamada “era da informação”, ele se tornou a unidade de informação e o gerente da própria informação e conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela leitura, análise e construção do corpo teórico do artigo, podemos compreender o papel dos arquivistas como mediadores culturais. Após analisar o tema abordado e seus detalhes, podemos citar a arquivística como ciência e fator de sua proximidade como identidade, memória, recuperação da informação, interdisciplinaridade e proximidade com outras ciências de inegável importância. As tecnologias utilizadas, os princípios formulados, trabalham todos para o mesmo objetivo: a gestão de documentos. Entende-se que a importância da arquivologia e seu avanço ocorreu com o desenvolvimento da sociedade e seu consequente empoderamento tecnológico. Percebe-se que, ao longo do tempo, a Arquivologia e sua evolução como ciência foi traçando seu caminho e se adaptando às mudanças da sociedade. O fato de a Arquivologia ter se enraizado como ciência e comprovado sua importância para a sociedade deve ser sustentado.

O papel do arquivista também fica evidente e claro tanto no ambiente de trabalho, dentro das organizações, como na sociedade de modo geral. E apesar de muitas vezes esse trabalho não tenha muita visibilidade da sociedade e algumas vezes visto como algo simplista e sem muita importância por parte de uma parcela leiga, o profissional arquivista não perde sua importância e relevância pois ele atua em diversos segmentos da sociedade tais como: eclesiásticos, históricos, contábeis entre outros, e apesar de sua atuação ser fundamentalmente no setor público, podemos ver também em âmbito privado. O profissional arquivista atua em instituições pública e privada, sendo capaz de interpretar e interagir com as diversas realidades organizacionais, no sentido de facultar o acesso a toda e qualquer pessoa, com eficiência e eficácia, protegendo os direitos das pessoas buscando atender de maneira adequada a sociedade.

Neste panorama podemos ver que o arquivista é o profissional que faz a ligação de acesso aos documentos, e a informações que a sociedade busca, o profissional arquivista é mais que uma ponte de ligação entre o homem e as informações, ele é prova registrada das atividades dos organismos públicos e privados é o que faz o papel de investigar para assim atender as demandas sociais, sempre interagindo com os demais setores.

Fica também claro que os avanços vieram para agregar valor e aprimorar o trabalho do arquivista, cabendo ao mesmo se atualizar continuamente, para manter seu reconhecimento profissional e o respeito na sociedade. Todas as atribuições dos arquivistas começam a mostrar um avanço significativo rumo a valorização tão merecida, principalmente nas últimas décadas, trata de maneira correta e igualitária os usuários, tem o dever de proteger a integridade dos

documentos, ser ético no trabalho e na sociedade e partilhar conhecimentos e ter consciencia que sua atividade profisional e atuar em benefício da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Trea, 2001.

ALBERCH i FUGUERAS, R.; CRUZ MUNDET, J. R. ¡Archívese! Los documentos del poder. **El poder de los documentos**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em:

<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12> Acesso em: 25 nov.

2022.ALMEIDA, Sonia Scoralick de. ALMEIDA, Sonia Scoralick. 2016.

ANDRADE, Andresa Léiade; ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de. Capacitação em serviços de Arquivo: o arquivista frente aos desafios das tecnologias da informação e comunicação. **Revista EDICIC**, v.1, n. 3, p. 52-58, jul./set. 2011.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Por uma história intelectual da arquivologia, da biblioteconomia e da museologia desde uma perspectiva transversal**. Informatio, 2020.

ARGENTA, Andressa; NUNES, Carolina Ramos. Mediação cultural: uma perspectiva intertextual. In: XI Seminário leitura de imagens para a educação: Múltiplas mídias.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista**. Brasília, v. 1, 2004.

BELLOTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. **Arquivo & História**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 7-16, 1996.

BERRINO, Matheus Santos. **A Arquivologia no século XXI**: uma possibilidade de negócio em GED. 2018.

BOTTINO, Mariza. **O Legado dos congressos brasileiros de Arquivologia**: 1971-2000. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BRASIL. Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

COEURE, Sophie; DUCLERT, Vincent. **Les archives**. Paris: La Découverte, collection "Repères", 2011 (2001).

JARDIM, J. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUff, 1995.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1986.

CONARQ. Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Rio de Janeiro: **Arquivo Nacional**, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf . Acesso em: 07 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). Glossário (versão 6.0). Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf Acesso em: 25 nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). Resolução n. 37. Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/279-resolucao-n-37,-de-19-de-dezembro-de-2012.html> Acesso em: 25 nov. 2022.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COOK, Terry. What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. *Archivaria*, [S.l.], fev. 1997. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12175/13184> Acesso em: 17 ago. 2017.

DA SILVA ARAUJO, Izabela Carolaine. A evolução do arquivo e da arquivologia na perspectiva da história. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES, 10., 2012, Niterói. Anais... Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 52.

DANE, Francis C. *Research Methods*. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole, 1990.

DE ALMEIDA, Sonia Scoralick; DUARTE, Emeide Nóbrega. **Panorama da Atuação do Profissional Arquivista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DELSALLE, P. **Une histoire de l'archivistique**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras: Ciência e Técnicas do Patrimônio**. Porto, v. 5-6, p. 141-151, 2006/2007.

DUCHEIN, Michel. "Arquivos, Arquivistas Arquivística". Paris, 1993, p. 28-29.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, 10-14:1 (abr. 1982/ago. 1986), p. 14-33.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, 2006, p. 3.

FERREIRA, Luiz Cláudio Sodré. **Arquivologia na era digital**: a custódia digital ininterrupta como contribuição à garantia da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais. 2021.

FLORES, D. Transformação Digital por Inovação Sustentada ou Tecnologias Disruptivas em Arquivos. Rio de Janeiro, dez. 2018. **ResearchGate**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331284400>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FLORES, Daniel. A transformação digital compulsória que vem acometendo os arquivos, os documentos e arquivistas: quais subsídios temos para uma tomada de decisão: disruptiva ou inovação sustentada? **Boletim Digital LA ALA**, edição nº 65, março de 2022.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M. D. Debate: Estudos sobre o SEI e suas necessidades de melhorias: Considerações do GT SEI Avaliação do AN, CTDE CONARQ e Grupo CNPq UFSM Ged. Rio de Janeiro, 2016. 36 slides, color. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344587262_Debate_Estudos_sobre_o_SEI_e_suas_necessidades_de_melhorias_Consideracoes_do_GT_SEI_Avaliacao_do_AN_CTDE_CONARQ_e_Grupo_CNPq_UFSM_GedA Acesso em: 28 abr. 2016.

FRIEDMANN, Georges; NEVILLE, Pierre. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1973.

FURTADO, Renata Lira; CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; SANTOS, Felipe César Almeida dos. Competência Arquivística e Inteligência Arquivística como vertentes da Competência em Informação no horizonte da Arquivologia contemporânea. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, p. 163-192, 2022.

INTERPARES. Projeto InterPARES 2. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_preserver_guidelines_booklet_portuguese.pdf Acesso em: 06 abr. 2021.

JAÉN GARCÍA, Luís Fernando. Los retos de los archivistas en el nuevo milenio. Memoria del XV Congreso Archivístico Nacional. San José, Costa Rica, 2002, p. 41-61.

JARDIM, J. M. A formação do arquivista na sociedade da informação. In: **ACTAS – Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, v. 7, 2001.

JARDIM, José Maria. A implantação da Lei de Acesso à Informação pública e à gestão da informação arquivística governamental. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 382-405, 2013.

JARDIM, José Maria. A Lei de Acesso à Informação pública: dimensões político-informacionais. **Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação**, v. 5, n. 1, 2012.

KUPER, A. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc, 2002.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: Projecto Editorial, 2.ed., 2009.

MACNEIL, Heather et al. Part one: establishing and maintaining trust in electronic records: au-thenticity task force report. In: DURANTI, Luciana (ed.). *Internacional Research on Permanent Au-thentic Records n Electronic Systems – InterPARES (1): The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the InterPARES Project*. Itália: Archilab, 2005. p. 20-63.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil. 2007.

MARTIN-POZUELO, M. Paz. “O futuro imediato da investigação e a formação em arquivística”, In: **Congresso da BAD**. 2004, p 6.

MARTIN-POZUELO, M. Paz. “Os ambientes e documentos eletrônicos: para a formação arquivista”, Salvador, v.3 n.1, abr 2009. P. 17.

MARTINS, Paula Ligia. Acesso à Informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 233-244, jan/jun 2011.

MELO, Katia Isabelli; DA CRUZ CARDOSO, Aline. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 71-91, 2018.

MENNE-HARITZ, Angelika. Formação em arquivística: satisfaciendo las necesidades de la sociedad del siglo XXI. Mexico, 1992, p. 57-74.

MORIGI, Valdir J.; VIEGA, Alexandre. Esfera Pública Informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.2, p.31-39, maio/ago. 2007.

MULLER, Suzana. Uma profissão em evolução: Profissionais da informação no Brasil, Brasília, 2004, p. 43.

PAES, M. L. Arquivo: **Teoria e Prática**. 3. ed, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

PERDIGÃO, Kethlen Anne Araújo; DE MACÊDO, Adriana Christiny Cavalcante; GONÇALVES, Eliane Silveira. O termo Políticas Públicas em artigos de Arquivologia veiculados na área da Ciência da Informação. In: **MEMORIAS DEL XIII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR 21-25 de octubre de 2019**. Montevideo-Uruguay. p. 244.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RIBEIRO, F. A arquivística como disciplina aplicada no Campo da ciência da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 1, p. 59-73, 2011. Disponível em: <http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/9887>. Acesso em: 25 NOV. 2022.

ROCHA, Cláudia Lacombe; RONDINELLI, Rosely Curi. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisitando alguns dos conceitos que as precedem. **Acervo**, v. 29, n. 2, p. 61-73, 2016.

ROCHA, Isadora M.M.; KONRAD, Glaucia V.R. A conduta do arquivista frente à Lei de Acesso à Informação. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 103-123, jul./dez., 2013.

RODRIGUES, Ana M. L. Sobre a formulação e assunção de uma política nacional de arquivos no Brasil. Rio de Janeiro, Acesso Livre n. 2 jul./dez. 2014. Disponível em: [URL]. Acesso em: 12 jun. 2018.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SACRAMENTO, A.R.S; PINHO, J.A.G. Transparência na Administração pública: o que mudou depois da Lei de Responsabilidade fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. **Revista de contabilidade da UFBA**, v.1, n.1, 2007.

SANTA ANNA, Jorge. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competências à luz da literatura e da formação curricular. RDBCI: **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, SP, v.15 n.2 p. 289-307 maio/ago. 2017.

SANTOS, Hercules Pimenta. Humanidades Digitais: Impactos da inovação tecnológica na Arquivologia e Documentação. **Ponto de Acesso**, v. 13, n. 1, p. 65-86, 2019.

SCHÄFER, M. B.; SANCHES, M. A. B. A relação do Arquivista com a gestão do conhecimento: análise em uma instituição pública federal. Disponível em: [URL]. Acesso em: 06 jul. 2016.

SERIACOPI, Gislaiane. **História: Volume Único**. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da. Competência em informação (COINFO): nuances trazidas pelo paradigma pós-custodial ao profissional arquivista na atualidade. 2018.

SILVA, A. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, A. M. **A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Edições Afrontamento; CETAC.com, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 1ª ed. Porto, 1999.

SILVA, Eliezer Pires da; DILL ORRICO, Evelyn Goyannes. O Projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 3, p. 85-100, jul./set. 2015.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o Lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos**. Niterói: Eduff, 2017.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, p. 22-39, 2015. Disponível em: [URL]. Acesso em: 25 NOV. 2022.

SOUZA, Katia Isabel Melo de. Mercado de Trabalho para arquivista no Distrito Federal. In: Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, **Centro de Documentação**, São Paulo, 2002. p. 633-644.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, S. O Arquivista nas Instituições do Poder Executivo Federal: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 67-89, jan./jun. 2014.

TOGNOLI, N. BARROS; BARROS, Thiago Henrique Bragato. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. **Dobedei**, v. 5, 2015.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard T. Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review. *MIS quarterly*, p. xiii-xxiii, 2002.

WHITE, L. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

ZAMMATARO, Ana Flávia Dias; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Da custódia à mediação cultural: o papel dos arquivistas. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 30, n. 61, p. 459